

28 de março de 2019

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2018 Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena



FRANZ KAFKA

Vouce Cachecausets asquer re janto as fusasso resposivo.

PKF

À Mesa Administrativa

ASSUNTO: Comunicação de matérias relacionadas com a Revisão Legal de Contas

Exmos. Srs.,

As nossas normas e práticas profissionais determinam que devam ser estabelecidos canais de comunicação com as pessoas a quem foi confiada a supervisão, controlo e direção de uma Entidade ("Encarregados da Governação") onde tenhamos sido nomeados como Revisores Oficiais de Contas, independentemente da estrutura de governação e da dimensão da Entidade. Entre outros objetivos relevantes, pretende-se desta forma:

- Comunicar claramente aos Encarregados da Governação as responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras e uma visão geral do âmbito e oportunidade do planeamento da auditoria.
- Obter dos Encarregados da Governação informação relevante para a auditoria.
- Informar os Encarregados da Governação em tempo útil de situações resultantes da auditoria que sejam significativas e relevantes para as suas funções de supervisionar o processo de relato financeiro.
- Promover uma comunicação recíproca eficaz entre o auditor e os responsáveis pela governação em determinadas matérias relacionadas com o nosso trabalho de revisão / auditoria e assim aumentar os benefícios da nossa intervenção nessa qualidade.

Os Encarregados da Governação são responsáveis por assegurar que a Entidade consiga os seus objetivos, com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações, em conformidade com as leis aplicáveis e relato às partes interessadas. Em muitas Entidades os Encarregados da Governação e a Administração/Gerência são o mesmo órgão, sendo esta que executa tais funções.

É também da sua responsabilidade assegurar, tanto quanto praticável, a aderência às políticas da gestão, a manutenção de registos contabilísticos adequados, a salvaguarda dos ativos da Entidade e o cumprimento de leis e regulamentos através de sistemas e controlos apropriados.

Esta carta serve para comunicar matérias de âmbito geral ou específico que consideramos poderem ser de interesse da Governação da **Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena**.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



Chamamos contudo a atenção de V. Exas. para o facto que, nos termos do nosso compromisso, apenas comunicamos matérias de interesse da Governação que cheguem ao nosso conhecimento em consequência do desempenho do nosso trabalho, não sendo expectável que sejam concebidos procedimentos com a finalidade específica de identificar matérias de interesse da Governação.

De V. Exas. Atenciosamente,

Lisboa, 16 de dezembro de 2018

PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)



(A) RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2018, como um todo estão isentas de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião.

O sócio responsável pelo trabalho é José de Sousa Santos, que será o responsável pela execução do trabalho e pela emissão da Certificação Legal das Contas.

Devemos no entanto referir que a nossa auditoria não exime a Mesa Administrativa ou os Encarregados da Governação das suas responsabilidades.

(B) ÂMBITO E OPORTUNIDADE PLANEADOS DA AUDITORIA

No âmbito do nosso trabalho serão executados procedimentos que permitam obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para determinar com segurança razoável se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais e para avaliar a apresentação global das mesmas, de forma a estabelecer se foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico e demais requisitos legais aplicáveis.

A nossa abordagem é centrada no risco. Procuramos identificar as principais áreas de risco de distorção material à luz do nosso conhecimento da atividade da Entidade e do ambiente em que a mesma opera. A identificação e comunicação destas com os Encarregados da Governação permitem que as mesmas possam ser debatidas tão cedo quanto possível e, se necessário, possam ser tomadas ações tempestivas e apropriadas.

As seguintes matérias foram identificadas como constituindo riscos significativos:

- Risco de Fraude ao nível do Rédito e Risco de Derrogação dos Controlos: Embora não exista histórico/tenhamos conhecimento da ocorrência de qualquer episódio de fraude, quer no reconhecimento do rédito quer quanto à Gestão (relacionado com a honestidade e integridade dos Encarregados de Governação e decorrente do facto de estar numa posição privilegiada de poder derrogar os controlos instituídos para evitar fraudes e poder manipular, direta ou indiretamente, os registos contabilísticos), no âmbito da ISA 240 "As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras" o auditor tem sempre que os identificar como riscos significativos. Desta forma, serão desenhados procedimentos específicos para que possamos compreender como é que a gestão supervisiona os processos utilizados para identificar e dar resposta aos riscos de fraude na Entidade e qual o controlo interno estabelecido para mitigar estes riscos.
- ✓ Imobilizado: A Entidade não dispõe de um cadastro de imobilizado atualizado e devidamente conciliado com os registos contabilísticos. Desta forma, existe um risco das demonstrações financeiras se encontrarem com distorções materialmente relevantes, cujos efeitos não estamos em condições de quantificar.
- ✓ **Contas a Receber:** Existe o risco de existirem dívidas incobráveis refletidas nas Demonstrações Financeiras da Entidade, para as quais não tenham sido reconhecidas provisões adequadas.
- ✓ Erros de especialização: Existe um risco de subavaliação dos gastos do exercício, nomeadamente no que respeita às rubricas de Custos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos, decorrente de erros de especialização e do não reconhecimento de todas as responsabilidades da empresa.

Caso considerem existir outros riscos que entendam ser significativos agradecemos que nos informem tão brevemente quanto possível.



Como parte da nossa abordagem, conduziremos uma revisão dos controlos internos da Entidade, na qual se inclui uma revisão aos controlos gerais informáticos, bem como aos controlos aplicacionais (input's, processamento e output's). Na execução desta revisão levaremos em consideração o ambiente em que esses controlos operam e avaliaremos controlos específicos que possam estar relacionados com riscos significativos já identificados acima, ou outros que surjam do processo de revisão ao ambiente de controlo interno da Entidade. No seguimento da nossa avaliação estabeleceremos se queremos ou não depositar confiança em quaisquer controlos e, quando decidirmos fazê-lo, conduziremos testes aos controlos relevantes. Será obtida evidência de auditoria adicional através da execução de procedimentos substantivos tais como procedimentos analíticos e testes detalhados de transações e saldos, quando apropriado.

O nosso trabalho é executado por amostragem tendo por base um nível apropriado de materialidade e, portanto, não se pode esperar que uma auditoria identifique todos os riscos ou distorções potenciais ou efetivas. A materialidade é a expressão do significado ou da importância relativa de uma determinada matéria no contexto das demonstrações financeiras como um todo.

A nossa visita para realização de trabalho de campo final será agendada oportunamente, tendo em consideração as necessidades da Entidade e a nossa disponibilidade.

(C) INDAGAÇÕES À MESA ADMINISTRATIVA

De acordo com a ISA 240 - "As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras", devemos efetuar indagações à Administração/Gerência sobre se têm conhecimento de qualquer fraude real, suspeita ou alegada, que afete a Entidade, bem como obter conhecimento sobre a avaliação do risco das demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas devido a fraude e dos controlos estabelecidos para identificar, dar resposta e mitigar os riscos de fraude. De forma a facilitar a obtenção de conhecimento sobre estes processos e controlos, disponibilizamos no Anexo 1 a esta carta um breve questionário padronizado, o qual após se encontrar preenchido nos deverá ser remetido.

De acordo com a ISA 250 - "Consideração de Leis e Regulamentos numa Auditoria de Demonstrações Financeiras", devemos efetuar indagações à Mesa Administrativa sobre se a Entidade se encontra a cumprir com as leis e regulamentos que possam ter um efeito material nas demonstrações financeiras, pelo que solicitamos que nos informem da existência de eventuais situações desta natureza preenchendo o Anexo 2 a esta carta.

Nos termos da ISA 550 - "Partes Relacionadas", o auditor deve proceder a indagações junto da Mesa administrativa sobre a identidade das partes relacionadas da Entidade e a natureza das relações entre a Entidade e essas partes relacionadas.

De acordo com a ISA 570 - "Continuidade", devemos indagar se a Mesa Administrativa tem conhecimento de acontecimentos ou condições que, individual ou coletivamente, possam colocar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para prosseguir em continuidade, pelo que solicitamos que nos informem, através do preenchimento do Anexo 2 a esta carta, da existência de eventuais situações desta natureza.



(D) RELATO

Durante o decurso do trabalho comunicaremos a V. Exas outras matérias relevantes relacionadas com os nossos trabalhos de auditoria.

Além da Certificação Legal das Contas produziremos um relatório contendo assuntos identificados no decorrer da nossa auditoria e que julgamos serem de interesse para a Governação, incluindo recomendações, quando aplicável.

Quando necessário, contamos também debater com V. Exas. as seguintes matérias:

- ✓ A nossa visão acerca dos aspetos qualitativos das práticas contabilísticas e de relato financeiro adotadas;
- ✓ A versão preliminar da declaração do órgão de gestão;
- √ Quaisquer modificações esperadas no nosso relatório de auditoria;
- ✓ Quaisquer fraquezas materiais nos sistemas contabilístico e de controlo interno, identificadas durante a nossa auditoria;
- ✓ Quaisquer matérias que requeiram comunicação de acordo com as normas e práticas profissionais e outras que consideremos de interesse para a Governação.

(E) CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Confirmamos que cumprimos com as normas éticas da OROC e do IFAC e que estabelecemos políticas e procedimentos destinados a assegurar a nossa objetividade e independência no trabalho de auditoria.

A avaliação de ameaças e a adoção de salvaguardas relativamente ao requisito de objetividade e independência fazem parte dos nossos processos normais de auditoria/revisão. Neste contexto, informamos que no âmbito deste trabalho não foram identificadas situações ou relacionamentos suscetíveis de constituir uma ameaça à nossa independência.



ANEXO 1

(Indagações exigidas no âmbito da ISA 240 - "As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras")

A) Qual a avaliação da Administração/Gerência sobre o risco das demonstrações financeiras poderem conter distorções materiais em resultado de fraude:

•	Risco Alto	()
•	Risco Moderado	()
	Risco Baixo	()	7 1

Especifique os principais riscos identificados:

Não obstante ser nossa convicção que as Demonstrações Financeiras não apresentam distorções materialmente relevantes, julgamos que as mesmas, a existir, terão como principal causa erros não intencionais. Por esta razão, e por não termos identificado qualquer situação que indiciasse o contrário, consideramos que não existe risco de distorção material das Demonstrações Financeiras em resultado de fraude.

B) Quais os processos fundamentais que a Administração/Gerência estabeleceu para identificar e responder aos riscos de fraude na Entidade – incluindo quaisquer riscos específicos de fraude que a Administração/Gerência tenha identificado ou contas de balanço, classes de transações ou divulgações para as quais um risco de fraude seja provável de existir?

Entre outros, encontram-se estabelecidos os seguintes processos para identificar e responder aos riscos de fraude:

- (i) Reuniões mensais para análise da evolução das contas;
- (ii) Segregação de funções na preparação da informação financeira;
- (iii) Supervisão adequada e independente do processo de elaboração das demonstrações financeiras;
- (iv) Sistema de autorizações / aprovações implementado;
- (v) Controlo restrito dos acessos aos sistemas informáticos, nomeadamente, quanto às permissões para inserção e registo de informação;
- (vi) Implementação de política que promove a inexistência de grandes volumes de dinheiro em caixa (não podem ser efetuados pagamentos em numerário superiores a 1.000€).
- C) Detalhes de qualquer fraude real, alegada ou sob suspeita, afetando a Entidade que sejam do conhecimento da Administração/Gerência ou outros.

Não existe histórico de fraude.



ANEXO 2

(Indagações exigidas no âmbito da ISA 250 - "Consideração de Leis e Regulamentos numa Auditoria de Demonstrações Financeiras")

A Entidade encontra-se a cumprir com as leis e regulamentos que possam ter um efeito material nas demonstrações financeiras? Sim.

Em caso negativo, especifique as situações de incumprimento e os seus possíveis efeitos.

N/A

(Indagações exigidas no âmbito da ISA 550 - "Partes Relacionadas")

Outras partes relacionadas para além das acima identificadas, natureza das relações existentes entre elas e qual o tipo e finalidade dessas transações.

N/A

(Indagações exigidas no âmbito da ISA 570 - "Continuidade")

Acontecimentos ou condições que possam colocar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para prosseguir em continuidade.

Não existem acontecimentos ou condições que possam colocar em causa a continuidade da atividade da Entidade.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 5.113.776 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.919.202 euros, incluindo um resultado líquido de 204.383 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 26 de março de 2019

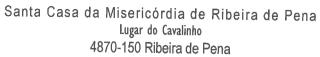
PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)







RELATÓRIO DE GESTÃO - ANO 2018

O presente Relatório visa espelhar de um modo geral a actividade física e financeira desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena no ano 2018.

Apesar de todas as dificuldades, o ano 2018, ficará certamente conhecido como um ano exemplar e memorável no que respeita ao resultado líquido positivo alcançado. Isto porque, no que respeita a valores contabilísticos, a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena teve rendimentos no valor de 2.289.870,60€ e gastos no valor de 2.085.487,57€, obtendo assim, um resultado líquido positivo de 204.383,03€, conforme se poderá verificar na informação financeira em anexo, nomeadamente, balanço, demonstração de resultados e outros documentos.

Aliás, um resultado líquido positivo de 204.383.03€ é, certamente, consequência de uma gestão criteriosa, cautelosa, exigente e muito rigorosa, tendo obrigado a grandes esforços por parte da Mesa Administrativa, a quem competiu decidir sobre determinadas mudanças e implementar novas medidas e regras, que se traduziram em dois principais objetivos, tais como, a redução da despesa através da eliminação do desperdício em geral (sem nunca colocar em causa as necessidades dos utentes e a falta de bens ou produtos necessários à qualidade do serviço prestado e ao bom funcionamento das respostas sociais e da instituição) e o aumento da receita através da atualização das mensalidades dos utentes.

Assim sendo e, fruto do resultado alcançado, importa referir que, no ano 2018, foi restituído o valor de 135.000,00€ ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário e deu-se início à liquidação da dívida à Uniself, que foi reduzida em 40.000,00€, diminuindo, assim, de forma significativa o seu passivo.

Ora, estes factos comprovam que, com esforço e vontade é perfeitamente possível inverter a situação de debilidade económica e financeira que assombrou a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena nos ultimos anos, bem como demonstra o seu potencial em termos de sustentabilidade e de futuro.

Com base nestes resultados entendemos, haver ainda muito a fazer e dever, no ano corrente, continuar a trabalhar com o mesmo rigor e seguir as mesmas linhas de orientação do ano 2018, todavia, pretendemos ir mais além e vamos tentar reestruturar a dívida existente junto



Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena Lugar do Cavalinho 4870-150 Ribeira de Pena

da banca, de modo a reduzir os gastos de financiamento a médio e longo prazo.

Não menos importante tem sido a árdua batalha com que a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena se tem debatido para defender o bom nome da instituição e zelar, em primeira instância, pelo interesse dos seus utentes e trabalhadores em geral. Razão esta que tem estado e continuará a estar em prol de todos os objectivos definidos e alcançados, até porque, mesmo com todas as adversidades criadas, o trabalho social desenvolvido tem estado sempre à vista de todos aqueles que, com boa fé, têm tido a oportunidade de o observar.

Por tudo isto, é com enorme responsabilidade e espírito de missão que a Mesa Administrativa se compromete a exercer as suas funções com o máximo de rigor, de transparência e de respeito, pautando sempre pelo cumprimento de toda e qualquer matéria legal relacionada com os assuntos da sua competência.

Por último, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena agradece, reconhecidamente, a todos aqueles que colaboraram com a Instituição, em especial, aos restantes membros dos Órgãos Sociais, Irmãos, Utentes e familiares, Colaboradores em geral e Prestadores de Serviço, os quais de forma direta ou indireta, muito contribuíram para o excelente resultado obtido no ano 2018.

Este Relatório irá acompanhar os restantes documentos contabilísticos a remeter ao Conselho Fiscal para a sua apreciação.

Ribeira de Pena, 26 de março de 2019

A Mesa Administrativa



Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena Lugar do Cavalinho 4870-150 Ribeira de Pena

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Reunido aos vinte e seis dias de Março do ano de 2019, o Conselho Fiscal da entidade denominada "Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena", com o propósito de se pronunciar sobre o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2018. Após terem sido efetuados diversos testes é nossa opinião que as contas e o Relatório estão em conformidade com a legislação em vigor, pelo que as contas devem ser aprovadas e os resultados obtidos no valor de 204 383.03€, devem ser aplicados em resultados transitados na sua totalidade.

Ribeira de Pena, 26 de Março de 2019

O Presidente do Conselho Fiscal

(Nuno André Pereira Ferreira, Dr.)

1º Vogal

(Francisco Alves Meireles)

2º Vogal

(Celeste Pereira Gonçalves Sousa)

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA Anexo 26 de Março de 2019

Índice

1	ldentificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	А
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5	Activos Fixos Tangíveis	12
6	Activos Intangíveis	13
7	Locações	15
8	Custos de Empréstimos Obtidos	15
9	Inventários	15
10	Rédito	15
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	16
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	16
14	Imposto sobre o Rendimento	16
15	Benefícios dos empregados	16
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
17	Outras Informações	17
17.1	Investimentos Financeiros	17
17.2	Clientes e Utentes	17
17.3	Outras contas a receber	18
17.4	Diferimentos	18
17.5	Outros Activos Financeiros	18
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	18
17.7	Fundos Patrimoniais	18
17.8	Fornecedores	19
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	19
17.10	Outras Contas a Pagar	19
	Subsídios, doações e legados à exploração	
17.12	Fornecimentos e serviços externos	20
17.13	Outros rendimentos e ganhos	20
	Outros gastos e perdas	20

17.15 Resultados Financeiros	21
17.16 Acontecimentos após data de Balanço	21



1 Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com registo lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 01/90 a fls. 80, do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia e com estatutos publicados no Diário da República n.º402/85 de 11 de Outubro aprovado pela Portaria n.º 139/2007 de 29 de Janeiro, com sede em LUGAR DO CAVALINHO – RIBEIRA DE PENA. Para concretização do seu fim, a Misericórdia pode conceber bens e desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de:

- a) Apoio à infância e juventude, designadamente a crianças jovens em perigo;
- Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
- c) Apoio à família e comunidade em geral;
- d) Apoio à integridade social e comunitária;
- e) Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviço de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamento de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demência, bem como aquisição e fornecimento de medicamento e assistência medicamentosa;
- f) Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;
- g) Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulher;
- h) Habitação e turismo social;
- i) Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluído nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
- j) Atividade agrícola.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA LUGAR DO CAVALINHO – 4870-150 RIBEIRA DE PENA NIF:501404007 NISS: 20007583884 e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA LUGAR DO CAVALINHO – 4870-150 RIBEIRA DE PENA NIF:501404007 NISS: 20007583884 As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido aplicadas as taxas mínimas do método das quotas constantes.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	100
Equipamento básico	12
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	10
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de compra, sendo que, a existir, se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método não constante/ano civil em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	•
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Activos Intangíveis	10

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao preço do custo de aquisição. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o método FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - o Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares provenientes de fundadores/ beneméritos/ patrocionadores/ doadores/ associados/ membros, encontram-se registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

O saldo das contas "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontra-se registado pelo seu valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será

recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

fundos acumulados e outros excedentes;

subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal

aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos

acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a

Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um

evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um

exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar

a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e

incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a

estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no

entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios

económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes

também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação

apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos

custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como

gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos

similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção

ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A

capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo

e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do

ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA LUGAR DO CAVALINHO – 4870-150 RIBEIRA DE PENA NIF:501404007 NISS: 20007583884

10

preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

			20	17		
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo		· ·	-	/4		
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	5 209 524.34	0.0	0.00	0.00	0.00	5 209 524.34
Equipamento básico	835 998.76	11506.20	0.00	0.00	0.00	847 504.96
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	0.00	0.00	0.00	167 281.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	97 987.33	0.0	0.00	0.00	0.00	97 987.33
Outros Activos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	6 323 418.85	11 506.20	0.00	0.00	0.00	6 334 925.05
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	841 023.88	52 009.00	0.00	0.00	0.00	893 053.13

Anexo em 28 de Março de 2018

Total	1 809 488.97	105 136.62	0.00	0.00	0.00	1 914 625.59
Outros Activos fixos tangíveis	12 596.83	7.53	0.00	0.00	0.00	12604.36
Ferramentas e Utensílios	59 360.70	4 608.74	0.00	0.00	0.00	63 969.44
Equipamento administrativo	103 681.34	3 668.83	0.00	0.00	0.00	107350.17
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	0.00	0.00	0.00	167 281.41
Equipamento básico	625 544.81	44 842.52	0.00	0.00	0,06	670 367.08

			20	18		
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	5 209 524.34	1 283.98	0.00	0.00	0.00	5 210 808.3
Equipamento básico	847 504.96	262.20	0.00	0.00	0.00	847 767.16
_quipamento de transporte	167 281.41	0.00	0.00	0.00	0.00	167 281.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	97 987.33	321.74	0.00	0.00	0.00	98 309.07
Outros Activos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	6 334 925.05	1 867.92	0.00	0.00	0.00	6 336 792.97
Depreciações Acumuladas			1.			
Terrenos e recursos naturais	0.00	0	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	893 053.13	52 073.20	0.00	0.00	0.00	945 126.33
Equipamento básico	670 367.08	17 153.48	0.00	0.00	0.00	687 520.56
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	0.00	0.00	0.00	167 281.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	107350.17	2918.60	0.00	0.00	0.00	110 268.77
Ferramentas e Utensílios	63 969.44	4 468.55	0.00	0.00	0.00	68 437.99
Outros Activos fixos tangíveis	12604.36	7.53	0.00	0.00	0.00	12 611.89
Total	1 914 625.59	76 621,36	0.00	0.00	0.00	1 991 246.95

6 Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Anexo em 28 de Março de 2018

			2017		/	14456
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo				-		
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.0
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.0
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.0
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.0
Outros Activos intangíveis	15 347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	15 347.78
Total	15 347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	
Depreciações acumuladas			0.00	0.00	0.00	15 347.78
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	11452.78	492.00	0.00	0.00	0.00	11 944.78
Total	11452.78	492.00	0.00	0.00	0.00	
					0.00	11 944.78
			2018			
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo		, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,				
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	15347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	15347.78
Total	15347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	45.047.70
Pepreciações acumuladas				0.00	0.00	15 347.78
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
						0.00
Outros Activos intangíveis	11 944.78	492.00	0.00	0.00	0.00	12 436.78

7 Locações

A Entidade não detém qualquer locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

		2017			2018	
Descrição	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0.00	1 593 466.39	1 593 466.39	0.00	1 504 950.36	1 504 950.36
Locações Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Descobertos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas caucionadas	162 500.00	0.00	162 500.00	197 000.00	0.00	197 000.00
Contas Bancárias de Factoring	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Contas bancárias de letras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Empréstimos	0.00	435 000.00	435 000.00	0.00	300 000.00	300 000.00
Total	162 500.00	2 028 466.39	2 190 966.39	197 000.00	1 804 950.36	2 001 950.36

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

			2017			2018	
Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14 833.61	217 500.16	1755,58	13 354.42	230 262.43	518.27	15 266.79
Protos acabados e intermédios	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Total	14 833.61	217 500.16	1755.58	13 354.42	230 262.43	518.27	15266.79
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				217 223.77			228 868.33
Variações nos Inventários da produção				0.00			0.00

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2018
Vendas	7 463.91	1 378.53
Quotas de utilizadores	595 743.89	587 840.21
Quotas e jóias	1 780.00	4 900.00
Serviços Secundários	37 707.46	30 902.55
Subsídios, doações e legados à exploração	1 329 676.26	1 413 782.11
Outros rendimentos e ganhos	277 932.41	251 324.20
Juros	0.00	0.00
Total	2 434 211.17	2 290 127.60



11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Descrição 2017		
Subsídios do Governo	1	2018	
ISS, IP – Centro Distrital	994 039.71	1 099 362.04	
Fundo de Socorro Social	0.00	0.00	
Subsídio de outras entidades	335 636.55	314 420.07	
Apoios do Governo			
Total	1 329 676.26	1 413 728.11	

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2018, foram, respetivamente 11. No dia 15-12-2018 realizaram-se eleições para eleger os Corpos Sociais da Instituição para o Quadriénio 2019/2022 . Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer tipo de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 125 e em 31/12/2017 foi de 116.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2018	
Remunerações aos Orgãos Sociais			
Remunerações ao pessoal	1 096 303.41	1 061 002.95	
Benefícios Pós-Emprego			
Indemnizações	8 477.60	22 272.86	
Encargos sobre as Remunerações	285 571.83	234 820.04	
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13 393.46	- 11 609.42	
Gastos de Acção Social			
Outros Gastos com o Pessoal	43646.29	15 015.17	
Total	1 447 392.59	1 321 501.60	

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros nos Fundos de Compensação totalizam o montante de 1574.48

17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2018 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	71 161.28	75 268.86
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes factoring		0.00
Clientes	0	0

Total	71 161.28	75 268.86
Utentes	0	0
Clientes	0	0
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	0	0



17.3 Outras contas a receber e a pagar

A rubrica "Outras contas a receber e a pagar" sub conta Devedores e Credores por acréscimos de gastos e rendimentos tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2018	
Remunerações a Liquidar	143 986.32	144 897.34	
Fornecimentos e Serviços	5 948.77	3 178.04	
Encargos sobre Remunerações	33 116.85	32 312.11	
Juros	3 389.78	3272.96	
Devedores por acréscimos de rendimentos	44 862.64	48 412.28	

17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2018		
Gastos a Reconhecer				
	0.00	0.00		
Total	0.00	0.00		
Rendimentos a Reconhecer				
	40 970.14	40970.14		
Total	0.00	0.00		

17.5 Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	Descrição 2017		
Crédito Agrícola	500.00	500.00	
Total	500.00	500.00	

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2018	
Caixa	2 701.47	376.12	
Depósitos à ordem	59.26	122.92	
Depósitos a prazo	0.00	0.00	
Outros	0.00	0.00	
Total	2760.73	499.04	

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	62 848.54	0.00	0.00	62 848.54
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	816 704.16	0.00	0.00	815 928.16
Resultados transitados	-871 578.73	0.00	0.00	-854 629.07
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 818 283.93	0.00	0.00	1 690 671.67

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2018	
Fornecedores c/c	535 512.18	586 689.55	
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00	
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0.00	0.00	
Total	535 512.18	586 689.55	

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018	
Activo			
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0.00	0.00	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00	
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00	
Total	0.00	0.00	
Passivo			
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0.00	0.00	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	1918.51	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	8075.22	8375.90	
Segurança Social	128 017.33	104 934.76	
Outros Impostos e Taxas	61.44	437.99	
Total	136 153.99	113 748.65	

17.10 Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica "Outras contas a receber e a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	Descrição 2017		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0.00		0.00	
Remunerações a pagar	0.00	204 743.28	0.00	228 918.13
Cauções	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00	0.00	0.00
Perdas por imparidade acumuladas	0.00	0.00	0.00	0.00
Fornecedores de Investimentos	0.00	31 935.66	0.00	0.00
Credores por acréscimo de gastos	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros devedores e credores	0.00	608 845.52	0.00	567 438.06

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA LUGAR DO CAVALINHO – 4870-150 RIBEIRA DE PENA NIF:501404007 NISS: 20007583884

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	994 039.71	1 099 362.04
Subsídios de outras entidades	335 636.55	314 420.07
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
Total	1 329 676.26	1 413 782.11

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2017	2018
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	196 914.92	214 800.98
Materiais	913.47	2 558.35
Energia e fluidos	103 104.40	96 814.10
Deslocações, estadas e transportes	300.00	172.47
Serviços diversos	86 919.24	72 290.50
Total	388 152.03	386 636.40

17.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos "encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Rendimentos Suplementares	4 111.68	9 302.83
Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00	0.00
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros rendimentos e ganhos	273 817.82	242 021.37
Total	277 932.41	251 324.20

17.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Impostos	601.04	1138.01
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Dívidas incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	0.00	0.00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos e Perdas	4 347.16	17 756.37
Ações de Formação financiadas pelo F.S.E e outros	2 760.00	0.00
Total	7 708.20	18 894.38

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	64 151.87	52 473.50
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	0.00
Total	64 151.87	52 473.50
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0.00	0.00
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
Total	0.00	0.00
Resultados Financeiros	- 64 151.87	-52 473.50

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

RIBEIRA DE PENA, 26 de Março de 2019

A Contabilista Certificada n.º 84893

A Mesa Administrativa

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA LUGAR DO CAVALINHO – 4870-150 RIBEIRA DE PENA NIF:501404007 NISS: 20007583884

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501404007 Moeda: (Valores em Euros)

		Moeda: (Valore	
RÚBRICAS	NOTAS	DAT	AS
TO DIGITAL STATE OF THE STATE O	NOTAS	31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		4 345 546.02	4 420 299.46
Bens do património histórico e artístico e cultural		0.00	0.00
Ativos intangíveis		2 911.00	3 403.00
Investimentos financeiros		1 574.48	0.00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Outros Créditos e ativos não correntes		0.00	0.00
		4 350 031.50	4 423 702.46
Ativo corrente		1000 001.00	T 423 702.40
Inventários			
Créditos a receber		15 266.79	13 354.42
Estado e outros entes públicos		75 268.86	71 161.28
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Diferimentos		0.00	0.00
Outros ativos correntes		0.00	0.00
Caixa e depósitos bancários	1 1	672 710.10	670 476.88
Carka e depositos bancarios		499.04	2 760.73
		763 744.79	757 753.31
Catal do ativo		5 113 776.29	5 181 455.77
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		62 848.54	62 848.54
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas	1 1	815 928.16	816 704.16
Resultados transitados		-854 629.07	-871 578.73
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	1 1	1 690 671.67	1 818 283.93
		1 714 819.30	1 826 257.90
Resultado líquido do período		204 383.03	20 046.85
Total dos fundos patrimoniais		1 919 202.33	1 846 304.75
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0.00	0.00
Provisões específicas	1	0.00	0.00
Financiamentos obtidos		1 504 950.36	1 593 466.39
Dutras dívidas a pagar		300 000.00	435 000.00
	1	1 804 950.36	2 028 466.39
assivo corrente	1		2 020 100.03
mecedores	1 1	596 690 55	
Estado e outros entes públicos	1 1	586 689.55	535 512.18
fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		115 667.16	136 153.99
inanciamentos obtidos		0.00	0.00
Diferimentos		197 000.00	162 500.00
Outros passivos correntes		40 970.14	40 970.14
	1 -	1 389 623 60	431 548.32
otal do passivo	 	1 389 623.60	1 306 684.63
otal dos fundos patrimoniais e do passivo	H	3 194 573.96	3 335 151.02
Y Francis		5 113 776.29	5 181 455.77

A Direcção

O responsável

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501404007

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	OS
AMINIMITATION E GABIOS	NOIAS	2018	2017
Vendas e serviços prestados		624.764,29	642.695,2
Subsídios, doações e legados à exploração		1.413.782,11	1.329.676,2
Variação nos inventários da produção		0,00	0,0
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		228.868,33	217.223,7
Fornecimentos e serviços externos		386.636,40	388.152,03
Gastos com o pessoal		1.321.501,60	1.447.392,59
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
atras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		251.324,20	277.932,41
Outros gastos		18.894,38	7.708,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		333.969,89	189.827,34
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		77.113,36	105.628,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		256.856,53	84.198,72
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		52.473,50	64.151,87
Resultados antes de impostos		204.383,03	20.046,85
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		204.383,03	20.046,85

Howel Wasakian of wino

F3M - Information Systems, SA

processado por computador

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		Moeda: (Valores en	m Euros)
RÚBRICAS	NOTAC	DATAS	
	NOTAS	2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 033 898,96	1 070 210.4
Pagamentos de subsídios		-963 135.96	-930 501.99
Pagamentos de apoios		0.00	
Pagamentos de bolsas		0.00	0.00
Pagamentos a fornecedores		356 568.42	0.00
Pagamentos ao pessoal		1 106 629.64	427 202.30
Caixa gerada pelas operações			1 080 773.98
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		533 836.86	492 736.15
Outros recebimentos/pagamentos		0.00	0.00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-294 691.56	-324 997.63
		239 145.30	167 738.52
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		686.94	16 631.45
Ativos intangíveis Investimentos financeiros		442.80	0.00
Outros ativos		0.00	0.00
11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11		0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:			
tivos fixos tangíveis		0.00	0.00
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros ativos	1	0.00	0.00
Subsídios ao investimento		0.00	124 540 10

	Realização de fundos	
	Cobertura de prejuízos	
	Doações	
	Outras operações de financiamentos	
	Pagamentos respeitantes a:	
	Financiamentos obtidos	
	Juros e gastos similares	
	Dividendos	
	Redução de fundos	
	Outras operações de financiamento	
Š	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	

Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)

138 820.00 54 004.28 -240 277.25 -291 584.24 -2 261.69 -5 928.07 0.00 0.00 2 760.73 8 688.80

0.00

0.00

0.00

0.00

0.00

0.00

0.00

0.00

0.00

0.00

499.04

88 608.79

12 848.46

-1 129.74

134 549.10

117 917.65

0.00

0.00

0.00

0.00

0.00

0.00

0.00

0.00

0.00

217 673.86

19 906.10

2 760.73

A Direcção

O Responsável

F3M - Information Systems, \$A

Processado por Computador

Juros e rendimentos similares

Recebimentos provenientes de: Financiamentos obtidos

Fluxos de caixa das actividades de financiamento

Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)

Caixa e seus equivalentes no ínicio do período

Caixa e seus equivalentes no fim do período

Efeito das diferenças de câmbio

Dividendos